

Relatório de avaliação final da “Política de Juventude de Macau (2012-2020)”

Sumário

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau (por diante designado por “Governo da RAEM”) cumpre o conceito de “conjugar os esforços da sociedade e promover o desenvolvimento integral dos jovens” e, para isso, vem assegurando um ambiente excelente para o desenvolvimento da juventude, de forma a permitir aos jovens desenvolverem as suas vantagens e potencialidades e dominarem e colocarem em prática os seus direitos, deveres e responsabilidades. O Governo da RAEM, tomando como base as 15 áreas estipuladas na “Estratégia do desenvolvimento integral dos jovens de Macau”, elaborou a “Política de Juventude de Macau (2012-2020)” (por diante designada por “Política de Juventude”). Desde a promulgação da Política de Juventude, o Governo da RAEM e toda a sociedade, com o foco nas diversas direcções da política, iniciaram e impulsionaram, activamente, vários trabalhos na área da juventude, contribuindo para fornecer condições favoráveis para o desenvolvimento dos jovens de Macau. A Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude (doravante designada por “DSEDJ”), com vista a rever a execução integral da Política de Juventude, encarregou uma equipa de investigação da Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau de proceder à avaliação global da implementação da Política de Juventude.

O presente relatório da avaliação final consiste em avaliar, de uma forma ainda mais aprofundada, a Política de Juventude, com base na avaliação intercalar feita em

2016. Conjugando os resultados da primeira fase com os dados mais actualizados do segundo ciclo da política (isto é, entre os anos 2016 e 2020), o presente relatório produz uma revisão plena dos resultados.

O relatório, antes de mais, revê a situação do investimento em recursos, realizado pelo Governo da RAEM, durante a execução da Política de Juventude, com a finalidade de tomar conhecimento desse investimento e da sua execução na respectiva área. Ao mesmo tempo, foram recolhidos e analisados os dados e as estatísticas provenientes da base de dados dos “Indicadores sobre a Juventude de Macau”, com o objectivo de examinar o desenvolvimento dos jovens durante o período de execução da política. Ademais, realizou-se uma recolha de opiniões, através da realização de inquéritos, do Conselho de Juventude, do Grupo Interdepartamental de Acompanhamento da Política de Juventude e das subunidades da DSEDJ e procedeu-se à sua organização e análise. A par disso, mediante entrevistas e recolha de comentários dos departamentos governamentais competentes, associações juvenis, instituições e associações, sector educativo, personalidades de diferentes sectores sociais e académicos especialistas, sobre a Política de Juventude existente, com base na avaliação conjunta dos resultados da política e de acordo com o ambiente e tendência de desenvolvimento da sociedade actual, foram formuladas recomendações para a nova ronda da Política de Juventude.

Os resultados da investigação constantes do relatório foram os seguintes:

Em primeiro lugar, em termos da constituição do regime e do investimento em recursos, conclui-se que as necessidades efectivas relativas ao objectivo de formação de quadros qualificados da Política de Juventude foram satisfeitas. O Governo da

RAEM, por um lado, trabalhou para aperfeiçoar o regime relativo aos trabalhos na área da juventude e, por outro lado, tem investido, razoavelmente, em recursos, prestando um forte apoio às escolas, associações e organizações, bem como realizando programas respeitantes às áreas de ensino, saúde, cultura, vantagens e potências, integração e participação sociais e empreendedorismo, entre outras áreas que dizem respeito ao desenvolvimento dos jovens, entre elas, a construção de espaços e instalações destinados a actividades e o estabelecimento de canais de informação.

Em paralelo, o Governo da RAEM tem implementado diversos planos de acção, tendo sido constituído, neste âmbito, em 2014, o Grupo Interdepartamental de Acompanhamento da Política de Juventude, cujos membros promoveram e implementaram os planos de forma activa. Estes planos, que englobavam, no início, apenas cerca de 60 projectos desenvolvidos pela DSEDJ, passaram a abranger, até ao ano de 2020, 356 projectos desenvolvidos por 12 grupos de departamentos, relacionados com a área da juventude, sob o domínio das 5 Secretarias. Constatando os diversos planos promovidos, conclui-se que tiveram uma ampla abrangência nas comunidades e que não foram concebidos somente para os jovens, mas também para as escolas, as comunidades sociais e as famílias. As actividades foram ricas e incluíram palestras informativas, cursos de formação, espectáculos culturais e artísticos, visitas e intercâmbios, concursos, acampamentos no Verão e financiamento a diversas instalações, atribuição de subsídios, entre outras, atraíram um grande número de participantes e desenvolveram-se a par da tendência de desenvolvimento actual. Graças à plena colaboração e promoção dos membros do Grupo Interdepartamental de Acompanhamento da Política de Juventude, os planos de acção

foram realizados com uma percentagem de execução correspondente a 95,7%, o que se traduziu num efeito ideal.

Em segundo lugar, foi feita uma análise global, com base no Inquérito Social de Indicadores Juvenis de Macau, realizado em 4 períodos correspondentes aos anos de 2012, 2014, 2016 e 2018 e em dados estatísticos, provenientes de alguns departamentos governamentais. Tendo em vista os respectivos dados, concluiu-se que, durante a execução da Política de Juventude, os jovens de Macau demonstram cada vez mais vontade em dedicar-se à participação social e aos trabalhos de voluntariado; que se sentem relativamente satisfeitos com a situação social; que possuem boas condições físicas e mentais e condutas desviantes relativamente reduzidas; possuem um forte conceito de família, de respeito pelos pais e harmonia familiar; possuem bons hábitos na vida e valores positivos e preocupação pela protecção ambiental. Em paralelo, os dados em questão, aos quais o Governo da RAEM tem dado muita importância, demonstraram uma boa eficácia resultante da educação e de acções de formação e que os jovens se interessam muito por actividades de intercâmbio no exterior e manifestam-se, de forma activa, pela integração regional. No entanto, os mesmos dados também evidenciaram aspectos que carecem de optimização, como por exemplo, a continuação do aprofundamento e aumento do conteúdo relativo à participação social dos jovens e do apoio aos jovens para melhorarem o seu planeamento da sua carreira, a promoção do seu desenvolvimento diversificado, o aumento da sua competitividade essencial e o fomento da sua mobilidade social.

Em terceiro lugar, através de entrevistas e inquéritos, foram recolhidas e sintetizadas as opiniões das diferentes partes interessadas e vários sectores da

sociedade, acerca da avaliação da execução da Política de Juventude. Os entrevistados, de uma forma geral, consideram que a Política de Juventude tem uma perspectiva abrangente e um objectivo explícito, recebendo, no geral, o reconhecimento dos diversos sectores. Por outro lado, estes sectores sociais acham que a abrangência da política corresponde basicamente às direcções das políticas de diversos países ou regiões e que a política em causa tanto está em conformidade com o padrão internacional, como possui características de Macau; que os departamentos, na execução concreta da Política, colaboraram intimamente, investiram eficazmente em recursos e realizaram rigorosamente as várias actividades que resultaram sucessos; que a Política dá importância à educação, que por sua vez contribui para produzir efeitos de aperfeiçoamento das habilidades dos jovens; bem como que, ao mesmo tempo, a Política produziu um efeito eficaz da conjugação de esforços da família, em prol do desenvolvimento dos jovens. Porém, alguns entrevistados apontaram pontos que carecem de ser melhorados, tais como: a profundidade das actividades e dos projectos destinados aos jovens deve ser reforçada; a cobertura dos grupos de pessoas deve ser alargada; as colaborações interdepartamentais devem ser aprofundadas; a divulgação, o diálogo e as vias e formas de comunicação devem estar mais próximos dos jovens, que se deve prestar apoio aos jovens para melhorarem o seu planeamento da sua carreira e a faixa etária abrangida deve ser submetida a uma discussão ainda mais avançada, entre outros aspectos.

Resumindo e concluindo, a Política de Juventude, que foi implementada até agora, já obteve diversos resultados positivos, pelo que servirá como uma boa base para o desenvolvimento futuro de Macau. De acordo com os resultados da avaliação da Política de Juventude, as análises política e ambiental e as recomendações

recolhidas de diferentes sectores sociais, em relação à futura Política de Juventude, tomando-se como base as presentes tarefas na área da juventude, são propostas as seguintes sugestões para a futura Política de Juventude:

Em primeiro lugar, em relação à definição da faixa etária para os jovens, e atendendo ao envelhecimento da população, ao aumento da esperança média de vida, ao prolongamento do período de vida de educação e ao início da carreira profissional ser, geralmente, mais tardio, bem como tendo em consideração que a dimensão dos grupos juvenis, a definição da faixa etária constante na Política de Juventude deve ser apropriada e a política de juventude local deve estar em articulação com a política de juventude nacional e a da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, entre outros factores, pelo que se conclui que existe espaço para ampliar a faixa etária abrangida pela Política de Juventude de Macau, e que se recomenda o alargamento da faixa etária para os jovens de Macau.

Em segundo lugar, no que diz respeito às direcções e áreas da Política de Juventude futura, sugere-se reforçar o cultivo do sentimento patriótico nos jovens, melhorar, ainda mais, a saúde física e mental dos jovens de Macau, continuar a apostar no ambiente harmonioso, quer nas famílias quer na sociedade, reduzir os comportamentos desviantes nos jovens, ajudá-los a elevar a sua competitividade e promover a sua participação social.

Em terceiro lugar, no respeitante à instauração de tarefas futuras na área da juventude e organização de recursos, aconselha-se que sejam optimizadas a organização de recursos e a abrangência de intervenientes, desenvolvidos o sentido e os temas das actividades, reforçada mais a divulgação, construídas vias de

comunicação e promovida a diversidade do teor da política, bem como ajustados, adequadamente, os Indicadores sobre a Juventude para melhor rever os efeitos da política.